

MIGRAÇÃO, URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE COMMODITIES

O OUTRO RURAL DO OESTE PAULISTA

NATÁLIA BELMONTE DEMÉTRIO

RESUMO *Os últimos anos marcaram a surpreendente expansão da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. No bojo desse processo, são reconfiguradas as dinâmicas territoriais e demográficas de diferentes regiões paulistas. À luz dessas transformações, este artigo resgata a situação da região de Jales, no noroeste do Estado. Como proposição teórica central, está o conceito de agropolização e suas inter-relações entre urbanização, globalização da agricultura e nova divisão internacional do trabalho. A evolução da população constitui a dimensão a partir da qual se discriminou distintas fases da urbanização. Além das fontes oficiais (censos demográficos e registros de produção agrícola do Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade), realizou-se entrevistas com agentes administrativos locais e aplicação de questionários entre domicílios urbanos e rurais.*

PALAVRAS-CHAVE *Migração interna, população rural, urbanização, globalização.*

ABSTRACT *The last few years highlights the surprising expansion of sugarcane in the State of São Paulo. This process has been reconfigured territorial and demographic dynamics in different regions. Considering these changes, this paper emphasizes the region of Jales, in the northwest. As the central theoretical proposition of the article, it is emphasized the concept of agropolization and its interfaces between urbanization, agriculture globalization and the new international division of labor. The evolution of the population is the dimension used to discriminate different stages of urbanization. Demographic censuses and the records of agricultural production of the Data Analysis System State were the mainly database used. In addition, it was done interviews with local administrative officials and it was applicated questionnaires between urban and rural households.*

KEYWORDS *Internal migration, rural population, urbanization, globalization.*

INTRODUÇÃO

As transformações estruturais decorrentes da nova divisão internacional do trabalho alteraram o processo de urbanização, organização da produção e redistribuição da população (BRANDÃO, 2007; BAENINGER, 2012). Nas últimas décadas do século 20, a virada agroexportadora em vários países latino-americanos consolida um novo modelo de desenvolvimento, com recomposição da relação casa/trabalho, produção/reprodução social (CANALES; CANALES, 2013). Desde essa perspectiva, este artigo analisa as contradições e conflitos gestados no bojo desse processo, tomando como estudo de caso a região de Jales, no Noroeste Paulista (Mapa 1), área de recente expansão da agricultura de commodities. Discute-se, assim, as raízes históricas da região, a inserção desigual de seus municípios na dinâmica dos mercados globais e os novos arranjos da migração. Como hipótese de trabalho, considera-se a emergência de novas espacialidades rurais na rede urbana regional, estruturadas na interface entre dinâmica da população e estrutura produtiva, nos marcos de um novo modelo de desenvolvimento.

Mapa 1 – Localização da Região de Governo de Jales no Brasil e no Estado de São Paulo, 2010.



Fonte: Fundação Seade. Regionalização do Estado de São Paulo.

AS RAÍZES HISTÓRICAS DA REGIÃO DE JALES

O processo de urbanização em São Paulo deita raízes na dinâmica de incorporação de terras da economia cafeeira (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988; GONÇALVES, 1998). As plantações de café seguiram a tradição de se moverem para solo mais fértil, “conforme a terra esgotava seus recursos” (GONÇALVES, 1998, p. 93). Nesse movimento, os altos preços desse produto no mercado internacional – persistentes ao longo de todo o século 19 – impulsionaram a ocupação sistemática do território paulista, definindo uma divisão sócio espacial do trabalho colada no tempo e no espaço da fronteira agrícola estruturada pelo complexo cafeeiro (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1998; GONÇALVES, 1998).

A entrada do café no Estado de São Paulo ocorreu na virada do século 18 para o 19, atravessando o Vale do Paraíba

desde o Rio de Janeiro (GONÇALVES, 1998). Nos anos 1830, o cultivo alcançava a região de Bragança Paulista, Campinas, Itu e Jundiaí. Por volta de 1850, a frente de expansão avançou rumo a Ribeirão Preto, passando por Piracicaba, Americana, Limeira, Rio Claro, São Carlos e Araraquara. As sucessivas crises do café estacionaram a fronteira agrícola a nordeste do estado, de onde seguiu o processo de ocupação do Oeste Paulista somente a partir de 1910/1920 (GONÇALVES, 1998; Mapa 2).

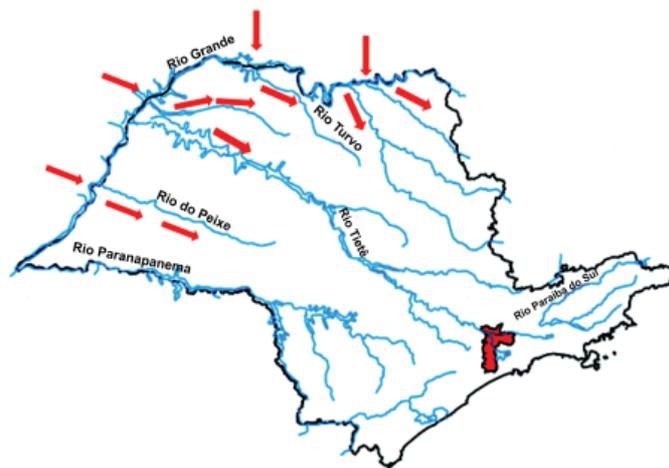
Já no século 20, ao atingir o extremo norte e todo o Oeste Paulista, o complexo cafeeiro defrontou-se com um processo de ocupação capitalista rudimentar pré-existente (GONÇALVES, 1998). Desde o século 19, com o deslocamento do eixo agroexportador para São Paulo e a formação de importantes centros consumidores a sudeste do estado, intensificou-se a comercialização de gado proveniente de Mato Grosso e Goiás. Ao longo dos caminhos naturais, representados pelos principais rios da região, formaram-se as chamadas estradas boiadeiras e extensas áreas de internada que serviam de ponto de engorda do gado (Figura 1). Tendo em vista essa herança histórica, a expansão da fronteira agrícola no Oeste Paulista incorporou a pecuária já existente, reforçando sua função de importante fonte de carne e couro no âmbito da divisão do trabalho rural em São Paulo (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988).

Mapa 2 – Os tempos da expansão cafeeira, Estado de São Paulo, século 18 a 20.



Fonte: Elaborado a partir das informações contidas em Gonçalves (1998).

Figura 1 – Principais vias de penetração de mineiros e mato-grossenses para engorda de gado no oeste de São Paulo, Século 19.



Fonte: Elaborado a partir de Monbeig (1984 *apud* GONÇALVES, 1998).

Diferente dos demais complexos agroexportadores, o café inovou por incorporar o trabalho livre, as ferrovias e uma rede bancária embrionária, expressa nas chamadas casas comissárias de café (GONÇALVES, 1998). Essas três inovações são fundamentais no processo de transição para a indústria e na hegemonia do parque industrial paulista frente às outras experiências de industrialização. Por um lado, o assalariamento – implantado às custas da imigração internacional – permitiu a formação de um mercado de trabalho e de consumo que, embora extremamente desigual, potencializou os processos de urbanização e industrialização do século 20. Por outro, os sistemas bancário e ferroviário ofereceram a fluidez financeira e material necessária à transformação do capital mercantil cafeeiro em capital industrial, rompendo a relativa unidade do complexo cafeeiro, tal como “casca de ovo que se quebra a partir de dentro” (GONÇALVES, 1998, p. 45).

Nascidos no bojo do café, os bancos e as ferrovias fortaleceram os vínculos entre os diferentes capitais e as diferentes regiões, viabilizando formas de extração de riqueza diversificadas (GONÇALVES, 1998). É justamente nesse momento de confluência de diferentes capitais que o Oeste Paulista é incorporado à dinâmica de acumulação cafeeira (RODRIGUES, 2006). Em especial após a crise de 1929, a vertiginosa queda nas cotações dessa commodity levou à implementação de uma política de sustentação da cafeicultura. Ao fixar preços mínimos de comercialização do produto e sobretaxar a abertura de novos cafezais, essa política deu condições ao complexo cafeeiro para continuar seu movimento de expansão, porém sob bases diversificadas (RODRIGUES, 2006).

O processo de busca por novas frentes de acumulação beneficiou-se do contexto gerado pela Primeira Guerra Mundial (1914/1918) e dos primeiros surtos de industrialização por substituição das importações (NEGRI; GONÇALVES; CANO,

1988). Essa conjuntura conformou uma fronteira agrícola heterogênea, com produções variadas e subordinadas menos às necessidades do mercado internacional, e mais às demandas das regiões de ocupação mais consolidada do estado. Desenvolve-se, assim, a produção comercial de alimentos para abastecimento interno (com destaque ao plantio de arroz, feijão, mandioca, batata e cebola) e de matéria-prima para o emergente processo de industrialização (a exemplo do algodão), além da criação de gado (TARTAGLIA, OLIVERIA, 1988).

No processo de formação capitalista do Oeste Paulista é fundamental destacar ainda o papel exercido pelas companhias de colonização: empresas formadas a partir da associação entre capitalistas dos ramos ferroviário e imobiliário (CHAIA, 1980; RODRIGUES, 2006). Diferente do ocorrido nas zonas de ocupação mais antigas – onde as estradas de ferro vinham no reboque da cafeicultura, a serviço dos fazendeiros já instalados –, nas novas zonas, a ferrovia, em ação conjunta com o capital imobiliário, passou a abrir ela mesma o território (RODRIGUES, 2006). Primeiramente, o capital imobiliário comprava as terras por onde deveriam ser expandidos os trilhos. Em seguida, as linhas férreas eram construídas, provocando uma valorização dos terrenos, os quais eram loteados e revendidos.

Desse modo, “extraia-se uma renda diferencial, com a revenda de loteamentos já com preços aumentados” (CHAIA, 1980, p. 33). Com a crise, embora não fosse mais possível vender grandes glebas de terras, “não faltaram compradores de parcelas mais modestas [...]: quase todos ex-colonos, trabalhadores nacionais e estrangeiros que muito sacrificadamente acumularam uma poupança, e estavam dispostos a liquidá-la em troca de um lote de terra virgem” (RODRIGUES, 2006, p. 18-19). Essas pequenas propriedades, conhecidas como sítios, ainda hoje são encontradas na região (MELO, 2013).

A chegada maciça de imigrantes, somada à dificuldade de deslocamentos (praticamente restrita ao transporte animal e ferroviário), deu origem a uma densa rede de cidades, com

a fundação de vários núcleos urbanos de apoio à população rural dispersa, distantes no máximo 15 km uns dos outros (MONBEIG, 1998). Estrutura-se, assim, um sistema urbano formado de numerosos pequenos centros, que se sucediam como “contas de um rosário ao longo das ferrovias” (MONBEIG, 1998, p. 125). As terras mais valorizadas, nas proximidades das estações de trem, eram divididas em pequenos sítios. Já as mais desvalorizadas, distantes da linha férrea, davam lugar às pastagens (CHAIA, 1980).

Em especial a partir de 1960, quando o avanço do processo de modernização agrícola desestruturou as condições de reprodução social dos sítiantes (MULLER, 1985), as companhias colonizadoras começaram a enfrentar dificuldades na revenda de seus lotes (CHAIA, 1980). Nesse contexto, proliferam-se as pastagens, revelando a face mais conservadora do capitalismo brasileiro, garantindo a propriedade privada da terra sem fazê-la produzir, valorizando o capital imobiliário em contraposição à tão fundamental reforma agrária (WANDERLEY, 2011).

De fato, na região de Jales, predominou a pequena propriedade. Todavia, naqueles municípios mais distantes das estações de trem, prevaleceu, desde o momento histórico de sua formação, uma estrutura fundiária mais concentrada. Hoje, esses municípios (localizados no extremo sul e extremo norte da região, como Santa Albertina, Mesópolis, Pontalinda) constituem a porta de entrada da cana-de-açúcar, principal commodity desse início de século em São Paulo.

Por meio da análise da evolução da população expressa nas Tabelas 1 e 2, é possível identificar, com maior precisão, o momento histórico de formação da região de Jales, concentrado sobremaneira nos anos 1950. A essa época, nas regiões de São José do Rio Preto e Catanduva, a dinâmica demográfica predominante já era aquela associada ao processo de modernização agrícola, com taxas negativas de crescimento da população rural. De forma distinta, em Jales, “o movimento dominante em termos

econômicos, demográficos e político-administrativos tinha ainda características de ocupação pioneira” (VASCONCELOS, 1992, p. 68).

Tabela 1 – População total, urbana, rural e grau de urbanização (%). Região Administrativa de São José do Rio Preto, SP, 1920/1950.

	População total			População urbana			População rural			Grau de urbanização (%)		
	1920	1940	1950	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
RG Catanduba	76.982	170.049	148.422	40.748	44.960	67.226	129.301	103.462	88.794	26,44	30,29	43,09
RG S. J. Rio Preto	126.796	388.166	285.956	77.584	90.550	146.376	310.582	195.406	176.709	23,33	31,67	45,31
RG Votuporanga	99.892	..	22.152	38.531	..	77.740	80.069	..	22,18	32,49
RG Fernandópolis	47.705	..	9.502	23.766	..	38.203	66.221	..	19,92	26,41
RG Jales	32.048	..	3.248	35.473	..	28.800	121.262	..	10,13	22,63
RA S. J. Rio Preto	203.778	558.215	614.023	118.332	170.412	311.372	439.883	443.611	533.055	30,53	27,75	36,87
Estado de São Paulo	4.592.188	7.180.316	9.134.423	4.012.205	4.804.211	8.149.979	4.012.205	4.330.212	4.824.720	66,91	52,59	62,81

Fonte: Fundação IBGE. Censo demográfico de 1920, 1940, 1950 e 1960.

Notas: O recenseamento de 1920 não contou com o quesito situação de domicílio urbano ou rural. Em 1930 não houve censo. Até 1950, os municípios das regiões de Jales, Fernandópolis e Votuporanga pertenciam à região de São José do Rio Preto.

Tabela 2 – Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a. a.). Região Administrativa de São José do Rio Preto, SP, 1920/1960.

	População total			População urbana		População rural	
	1920/40	1940/50	1950/60	1940/50	1950/60	1940/50	1950/60
RG Catanduva	4,04	-1,35	0,50	0,99	4,10	-2,20	-1,52
RG S. J. Rio Preto	5,75	-3,01	1,23	1,56	4,92	-4,53	-1,00
RG Votuporanga	1,73	..	5,69	..	0,30
RG Fernandópolis	6,55	..	9,60	..	5,65
RG Jales	17,20	..	27,01	..	15,46
RA S. J. Rio Preto	5,17	0,96	3,24	3,71	6,21	0,08	1,85
Estado de São Paulo	2,26	2,44	3,57	1,82	5,43	0,77	1,09

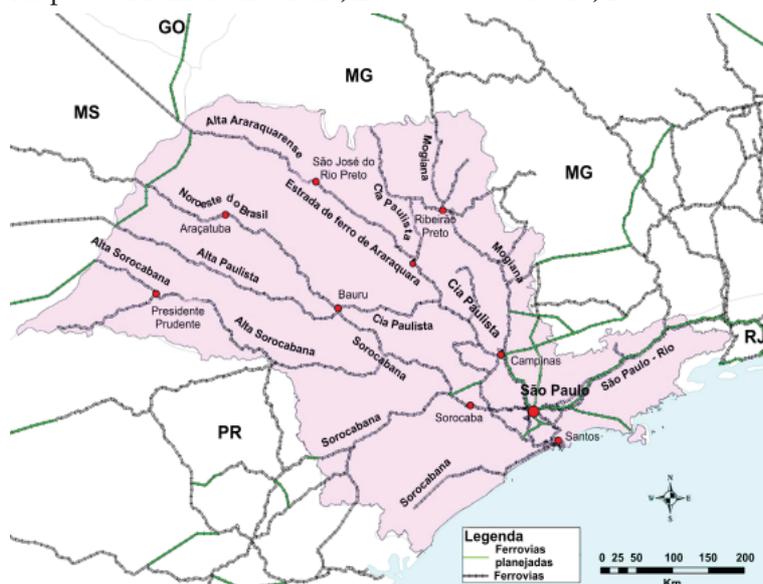
Fonte: Fundação IBGE. Censo demográfico de 1920, 1940, 1950 e 1960.
 Notas: Até 1950, os municípios das regiões de Jales, Fernandópolis e Votuporanga pertenciam à região de São José do Rio Preto.

Em linhas gerais, o terceiro e último surto expansionista do complexo cafeeiro completou a ocupação do Estado de São Paulo, interligando a capital (ponto de convergência da malha ferroviária) não apenas às diferentes regiões paulistas, como também a outras unidades da federação (GONÇALVES, 1998). Vale enfatizar que o traçado ferroviário responsável por conectar o Oeste Paulista tinha o propósito claro de adentrar pelos estados vizinhos. Esse foi o objetivo explícito que influenciou a criação de duas novas companhias: a Noroeste do Brasil e a Estrada de Ferra de Araraquara (GONÇALVES, 1998). Enquanto a Araraquarense interligou São José do Rio Preto ao antigo Porto Taboado, em Rubinéia, “reproduzindo a velha rota do gado” (GONÇALVES, 1998, p. 143), a Noroeste (de início em Bauru, passando por Araçatuba até alcançar o Mato Grosso do Sul na altura de Três Lagoas) “trouxe para *dentro* de São Paulo, e em direção à sua capital, a rota de comércio para Mato Grosso e Goiás que antes se fazia *fora* do estado – dirigida a Minas [...] – e à qual São Paulo se ligava apenas como braço secundário” (GONÇALVES, 1998, p. 145) (Mapa 3).

É importante constar que a Noroeste foi criada em 1904 e constituiu por quase 20 anos a única rota de comércio direto com o Mato Grosso. Por essa razão, tal ferrovia “deslocou para si a direção do eixo de ocupação” (GONÇALVES, 1998, p. 147)¹. O trecho Presidente Prudente a Presidente Epitácio, sob domínio da Sorocabana, foi completado somente em 1922. Já a ligação entre Ourinhos e Panorama, tronco oeste da Cia Paulista, é inaugurada após 1940. Por fim, a E. E. Araraquara que, devido a problemas financeiros da empresa, também demorou a sair do papel; com a linha estacionada em São José do Rio Preto por cerca de 20 anos, a ferrovia alcançou Rubinéia, no extremo noroeste paulista, somente em 1952 (Mapa 3) (GONÇALVES, 1998).

¹ Hoje, a região estruturada no entorno da Ferrovia Noroeste representa a principal frente de expansão da cana-de-açúcar no Oeste Paulista.

Mapa 3 – Malha Ferroviária, Estado de São Paulo, 2008.



Fonte: Fundação IBGE, Malhas Digitais 2010; Ministério do Meio Ambiente, Malha Ferroviária, 2008.

O ritmo de expansão das ferrovias está intimamente relacionado à dinâmica atual de disseminação da agricultura de commodities, em especial da cana. Hoje, a região estruturada

no entorno da Ferrovia Noroeste representa a principal eixo da cana-de-açúcar no Oeste Paulista, fazendo de Araçatuba, antes capital do boi gordo, uma importante cidade canavieira (BINI, 2014). Por outro lado, em Jales, último rincão da fronteira agrícola em São Paulo, a permanência de sítios e de uma estrutura fundiária pouco concentrada representa um entrave à difusão do sistema de *plantations* (MELO, 2013; DEMÉTRIO, 2013).

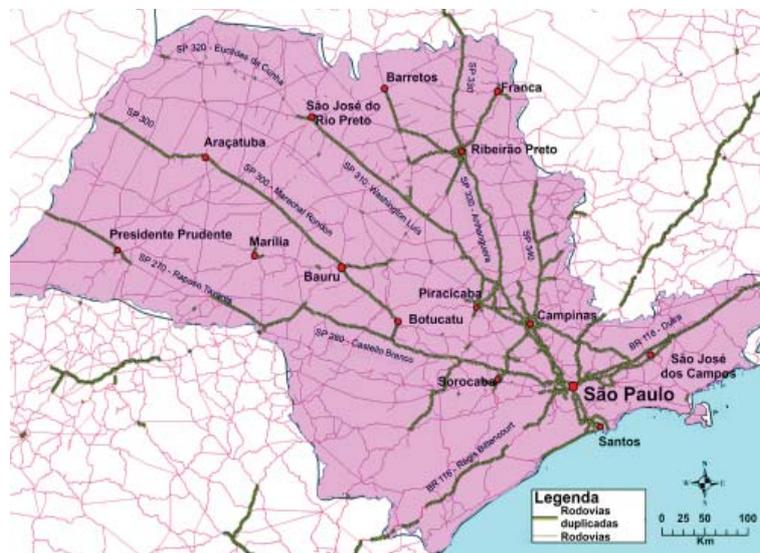
A CONSOLIDAÇÃO DA REDE URBANA DO OESTE PAULISTA

A formação de uma rede de cidades densa, articulada e coberta por uma ampla estrutura de comunicação desponta-se como dimensão fundamental e definidora do processo de metamorfose do capital mercantil cafeeiro em capital industrial (GONÇALVES, 1998). Nesse processo de mudança do regime de acumulação (HARVEY, 1992), o sistema urbano – antes voltado para fora, interligando os diferentes núcleos urbanos ao comércio internacional de mercadorias – passou a voltar-se também para dentro. Via Porto de Santos, São Paulo conectava-se com os estados do Nordeste, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Via ferrovias, com o interior do Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Centro-Oeste. Internamente, inicia-se um ousado programa de incentivo a infraestrutura e construção de rodovias que, a partir dos eixos formados pelas ferrovias, estruturam um verdadeiro emaranhado de caminhos pelo território paulista (GONÇALVES, 1998; Mapa 4). Essa rede urbana ampliada, capaz de conferir a fluidez necessária à acumulação de capital, conferiu vantagens competitivas ao parque industrial paulista, permitindo a “São Paulo dar o passo para industrialização como processo nacional” (GONÇALVES, 1998, p. 171).

Particularmente entre 1954 e 1962, com o implante industrial de vários setores produtivos ligados à construção civil, “assistimos a ‘uma verdadeira revolução’ na estrutura do sistema viário paulista” (VASCONCELOS, 1992, p. 69). Na macrorregião

de São José do Rio Preto, ao final dos anos 1980, concentravam-se quase 3.000km de estradas pavimentadas, formando uma densa teia em seus mais de 80 municípios. A maior facilidade de circulação levou a um paulatino movimento de redefinição funcional dos pequenos municípios, conformando um “processo dentro do qual os centros urbanos maiores, mais distantes, são beneficiados por tornarem-se mais acessíveis” (CORRÊA, 2006, p. 264).

Mapa 4 – Malha Rodoviária, Estado de São Paulo, 2008.



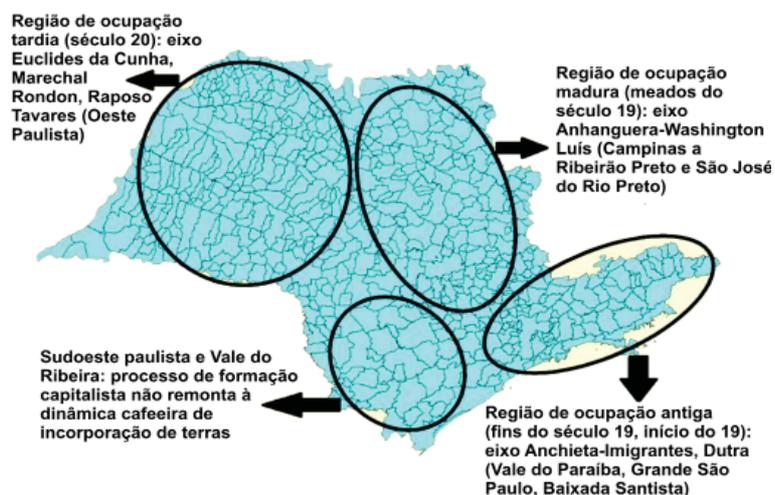
Fonte: Fundação IBGE, Malhas Digitais 2010; Ministério do Meio Ambiente, Malha Rodoviária, 2008.

Nesse sentido, se no período mercantil cafeeiro, o processo de urbanização desenvolveu-se às custas do reforço à ramificação e ao adensamento das pontas da rede urbana, na industrialização, predominou a lógica da concentração, tanto da indústria, quanto da população (GONÇALVES, 1988). À luz das hierarquias urbanas gestadas pelos três tempos da dinâmica cafeeira de incorporação de terras (NEGRI;

GONÇALVES; CANO, 1988), a metamorfose do regime de acumulação (HARVEY, 1992) ocorre desigualmente no Estado de São Paulo (Figura 2). As zonas de ocupação antiga, com destaque à Grande São Paulo, concentram as indústrias de bens de capital, mais intensivas em tecnologia, bem como o coração do sistema bancário.

Nas zonas de ocupação madura (eixo Campinas/Ribeirão Preto), também o processo de urbanização atingiu níveis significativos de diversificação das forças produtivas, com importante desenvolvimento da atividade industrial, principalmente via complexos agroindustriais (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988). Em especial a partir de 1970, os planos nacionais de desenvolvimento alavancaram a dinâmica econômica e populacional dessa porção do estado, com a formação de expressivas aglomerações urbanas (BAENINGER, 1997) junto às chamadas cidades do agronegócio (ELIAS, 2003a). Campinas consolida-se como importante polo tecnológico (BAENINGER, 1996), enquanto outros municípios reforçam duas atividades industriais a partir de commodities específicas (algodão em Americana, laranja em Limeira, São Carlos e Matão, cana-de-açúcar em Sertãozinho e Ribeirão Preto) (TARTAGLIA, OLIVEIRA, 1988; ELIAS, 2003a).

Figura 2 – Regionalização do Estado de São Paulo com base na dinâmica de incorporação de terras do complexo cafeeiro.



Fonte: Elaborado a partir das informações contidas em Negri, Gonçalves e Cano (1988).

Situação completamente distinta prevalecia no Oeste Paulista e, particularmente, na região de Jales, que nos anos 1950 ainda assistia ao germinar de uma modesta atividade produtiva em respaldo à população rural em fase de instalação, construção e mobiliagem de suas casas (NEGRI; GONÇALVES, CANO, 1988). Sem “tempo e história” para a articulação de um mercado de trabalho diversificado, capaz de reter toda a população que já em 1960 começa a ser expulsa do campo, o Oeste Paulista passa a registrar intensa evasão populacional (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988, p. 93; Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 – População total, urbana, rural e grau de urbanização (%). Região Administrativa de São José do Rio Preto, SP, 1960/1980.

	População total			População urbana			População rural			Grau de urbanização (%)		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
RG Catanduva	156.020	159.476	190.049	67.226	92.989	131.669	88.794	66.487	58.380	43,09	58,31	69,28
RG S. J. Rio Preto	323.085	334.854	402.310	146.376	207.447	310.765	176.709	127.407	91.545	45,31	61,95	77,25
RG Votuporanga	118.600	132.677	130.043	38.531	63.827	86.366	80.069	68.850	43.677	32,49	48,11	66,41
RG Fernandópolis	89.987	99.385	95.531	23.766	44.266	62.198	66.221	55.119	33.333	26,41	44,54	65,11
RG Jales	156.735	158.221	131.960	35.473	66.965	80.468	121.262	91.256	51.492	22,63	42,32	60,98
RAS J. Rio Preto	844.427	884.613	949.893	311.372	475.494	671.466	533.055	409.119	278.427	36,87	53,75	70,69
Estado de São Paulo	12.974.699	17.770.975	25.042.074	8.149.979	14.277.802	22.196.896	4.824.720	3.493.173	2.845.178	62,81	80,34	88,64

Fonte: Censo demográfico de 1960, 1970 e 1980.

Tabela 4 – Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a. a.). Região Administrativa de São José do Rio Preto / SP, 1960/1980.

	População total		População urbana		População rural	
	1960/70	1970/80	1960/70	1970/80	1960/70	1970/80
RG Catanduva	0,22	1,77	3,30	3,54	-2,85	-1,29
RG S. J. Rio Preto	0,36	1,85	3,55	4,12	-3,22	-3,25
RG Votuporanga	1,13	-0,20	5,18	3,07	-1,50	-4,45
RG Fernandópolis	1,00	-0,39	6,42	3,46	-1,82	-4,91
RG Jales	0,09	-1,80	6,56	1,85	-2,80	-5,56
RA S. J. Rio Preto	0,47	0,71	4,32	3,51	-2,61	-3,78
Estado de São Paulo	3,20	3,49	5,77	4,51	-3,18	-2,03

Fonte: Censo demográfico de 1960, 1970 e 1980.

Sob os efeitos de estagnação (SINGER, 1980) da modernização agrícola conservadora – que beneficiou basicamente os estabelecimentos agropecuários integrados às cadeias agroindustriais –, foram desarticulados os circuitos locais e regionais de produção e consumo de bens primários (prevalente no Oeste Paulista), colocando em xeque as dinâmicas de reprodução social da agricultura tradicional (MÜLLER, 1985). Enquanto nas regiões de ocupação madura, a modernização agrícola via CAI (Complexos Agroindustriais) caminhava a passos largos, Jales vivia o dramático desfecho de seu processo de ocupação. De alternativa econômica dos anos 1930 e 1940, o Oeste Paulista, em seu conjunto, passou a vivenciar a estagnação econômica e demográfica na década de 1970 (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988).

Nesse contexto, as altas taxas de crescimento populacional do período anterior dão lugar a estimativas que confirmam, ainda, o encolhimento da população em termos absolutos (Tabela 3). Esse fato reforça a centralidade da agricultura tradicional na dinamização da região, bem como a incapacidade dos centros urbanos locais, fundados havia pouco mais de uma década, de reter toda a população expulsa do campo.

Ao passo que os pequenos municípios vão perdendo muito de seu dinamismo econômico e demográfico anterior, os centros urbanos maiores vão assumindo a função de “cabeça” da rede urbana regional, firmando-se como catalizadores da migração intrarregional (BAENINGER, 2005; Tabela 5). Menos em função do estabelecimento de atividades industriais, e mais como expressão da própria dinâmica de sua população, o Oeste Paulista assiste à formação de importantes capitais regionais, todas elas *ponta de trilhos* – ou *boca de sertão* – no momento anterior (VASCONCELOS, 1992) (Mapa 5).

Tabela 5 – Taxa geométrica de crescimento da população total (em % a. a.). Região Administrativa de São José do Rio Preto e cidades principais, 1970/2000.

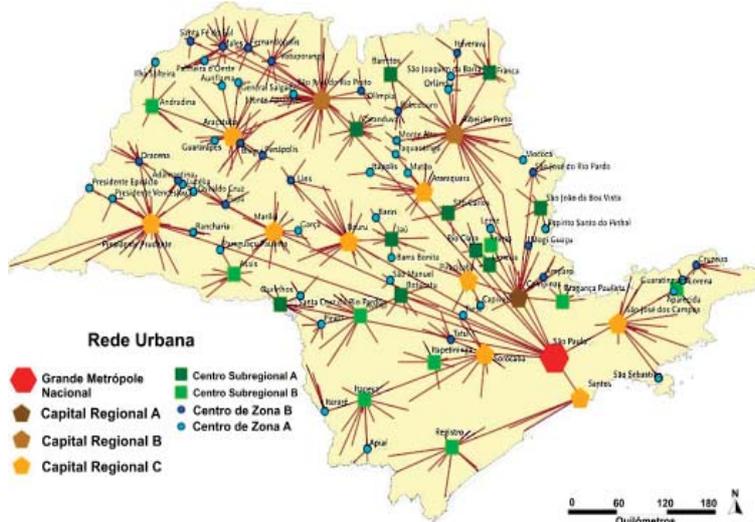
	1970/80	1980/91	1991/2000
RG Catanduva	1,77	1,42	1,27
Município de Catanduva	2,26	2,27	1,14
RG S. J. Rio Preto	1,85	2,53	2,06
Município de S. J. Rio Preto	4,44	3,78	2,37
RG Votuporanga	-0,20	0,87	0,80
Município de Votuporanga	2,86	2,16	1,35
RG Fernandópolis	-0,39	0,41	0,48
Município de Fernandópolis	1,87	1,63	0,94
RG Jales	-1,80	0,27	0,45
Município de Jales	0,04	1,60	0,05
RA S. J. Rio Preto	0,71	1,59	1,41
AU de S. J. Rio Preto	4,01	3,65	2,44

Fonte: Censo demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000.

São José do Rio Preto desponta-se como a principal capital regional do Oeste Paulista (Tabela 5, Mapa 5). Face à sua localização estratégica, *ponta de trilhos* por mais de 20 anos, esse município acumulou funções diferenciadas, “incluindo os serviços financeiro-bancários de uma fortíssima frente de expansão do Estado de São Paulo” (VASCONCELOS, 1992, p. 35). A comparação entre a evolução da população da aglomeração urbana de São José do Rio Preto e a da sua região

administrativa confirma a desigualdade de tendências quanto ao crescimento demográfico e a relativa primazia de sua rede urbana.

Mapa 5 – Hierarquia da rede urbana paulista, 2007.

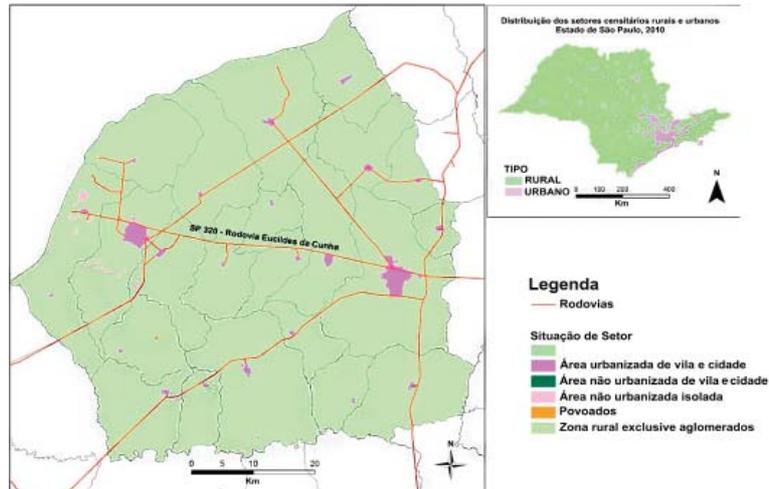


Fonte: Fundação IBGE, Pesquisa Região de Influência das Cidades, 2007. Disponível em: www.confins.revues.org/8602. Acesso em: 30/11/2016.

Como resultado desse processo econômico-populacional, articula-se uma rede urbana altamente polarizada, com interações espaciais e demográficas bastante distintas da verificada na parte leste do Estado de São Paulo. Nos históricos eixos de desenvolvimento paulista, conformou-se uma rede urbana com maior impulso à formação de uma mancha urbana única e à chamada periferização da população (BAENINGER, 1997). Já no Oeste Paulista, marcado por setores rurais tradicionais, com menor tendência à conurbação, prevaleceram relações demográfico-espaciais do tipo “subordinação”, fenômeno típico de redes urbanas pouco adensadas (CAIADO; SANTOS, 2004), nas quais os pequenos e médios municípios são sobremaneira dependentes da “estrutura urbana, dos serviços

públicos e das oportunidades econômicas ofertadas pelos municípios-sedes” (RODRIGUES, 2006, p. 88) (Mapa 6).

Mapa 6 – Distribuição dos setores censitários por situação de setor, Região de Governo de Jales, 2010.



Fonte: Fundação IBGE, Malhas Digitais 2010; Ministério do Meio Ambiente, Malha Rodoviária, 2008.

A GLOBALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E OS NOVOS ARRANJOS DA MIGRAÇÃO EM SÃO PAULO

O final do século 20 assiste a uma profunda mudança no processo de urbanização no Estado de São Paulo (BAENINGER; OJIMA, 2008). A crise da dívida externa e o estrangulamento da capacidade do estado em subsidiar a dinâmica de acumulação de capital levaram à interrupção do movimento de industrialização e modernização agrícola no âmbito dos planos nacionais de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007). Na ausência de crédito interno, é montada uma política macroeconômica voltada à atração de investimentos estrangeiros, cujos efeitos imediatos foram abrupta desnacionalização da economia, exposição da indústria nacional à competição internacional e um paulatino

desmonte de determinados setores produtivos industriais (BRANDÃO, 2007; CANO, 2011).

A articulação de uma “legislação regulatória instituída para a tomada de recursos no exterior” marca o deslanchar da guerra fiscal como principal forma de alocação de capital (BRANDÃO, 2007, p. 151). As frentes de expansão econômica seguiram, assim, “os caminhos da menor resistência, convergindo para o processo e/ou industrialização de commodities minerais, minerometalúrgicas, siderúrgicas, agrícolas e agroindustriais”, justamente os setores mais sensíveis a vantagens competitivas espúrias: força-de-trabalho barata, grande disponibilidade de recursos naturais e fiscalização ambiental e trabalhista precária (BRANDÃO, 2007, p. 144). Por essa razão, no Brasil, como em outros países da América Latina, a “soldagem do sistema de financiamento doméstico aos circuitos internacionais de crédito” ocorreu a partir da valorização de capitais não industriais (BRANDÃO, 2007, p. 151), com reforço do modelo agroexportador de desenvolvimento (CANALES; CANALES, 2013).

Nesse contexto, o Oeste Paulista transforma-se em um *locus* privilegiado de alocação do capital estrangeiro, associado principalmente a produção de cana-de-açúcar e de laranja, alterando radicalmente a estrutura produtiva da região. De produtora de alimentos para abastecimento interno (como arroz, feijão e mandioca), a região de Jales tem se transformado, a ritmos impressionantes, numa produtora de commodities para o mercado global (DEMÉTRIO, 2013; Tabela 6).

Tabela 6 – Produção (em toneladas de alguns dos principais produtos agrícolas. Região de Governo de Jales – Estado de São Paulo, 1995, 2000, 2005 e 2010.

Produtos agrícolas	1995	2000	2005	2010	Produtos agrícolas	1995	2000	2005	2010
Arroz	3.529	1.866	193	109	Milhão	59.391	35.790	25.706	25.177
Feijão	2.281	3.214	964	12	Banana	1.387	14.828	11.363	30.728
Mandioca	8.368	8.119	3.756	1.604	Borracha (Látex)	283	1.087	1.834	4.626
Café	2.048	1.576	3.038	690	Cana-de-Açúcar	62.440	43.200	98.037	2.536.935
Algodão	16.768	5.596	14.120	-	Laranja	300.116	317.257	304.939	433.932

Fonte: Fundação SEADE. Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp>. Acesso: 18/01/13.

A globalização do agronegócio vem acompanhada de transformações no mundo do trabalho (RIELLA; MASCHERONI, 2015), na dinâmica de composição da rede urbana e nos processos de mobilidade espacial da população (BAENINGER; OJIMA, 2008). Por um lado, a nova divisão internacional do trabalho tem substituído o tradicional modelo de desenvolvimento urbano-metropolitano, pautado na industrialização, pelo que Canales e Canales (2013) denomina de agropolização: a expansão urbana nos marcos do modelo agroexportador de desenvolvimento.

Por outro, os maciços investimentos em automação industrial reduziram drasticamente a oferta de postos de trabalho, principalmente nas plantações de cana-de-açúcar², ainda que isso não implique na eliminação completa do emprego manual ou na melhoria das condições de trabalho existentes (SILVA; BUENO; MELO, 2015). Também a expansão dos serviços altamente especializados, fundamentais à instalação de processos globais, influenciaram na formação de um mercado de trabalho altamente competitivo e complexo, no qual apenas os migrantes qualificados gozam de melhores formas de inserção (SASSEN, 1998).

Nesse novo contexto, as principais cidades das redes urbanas nacional e internacional têm se transformado em área

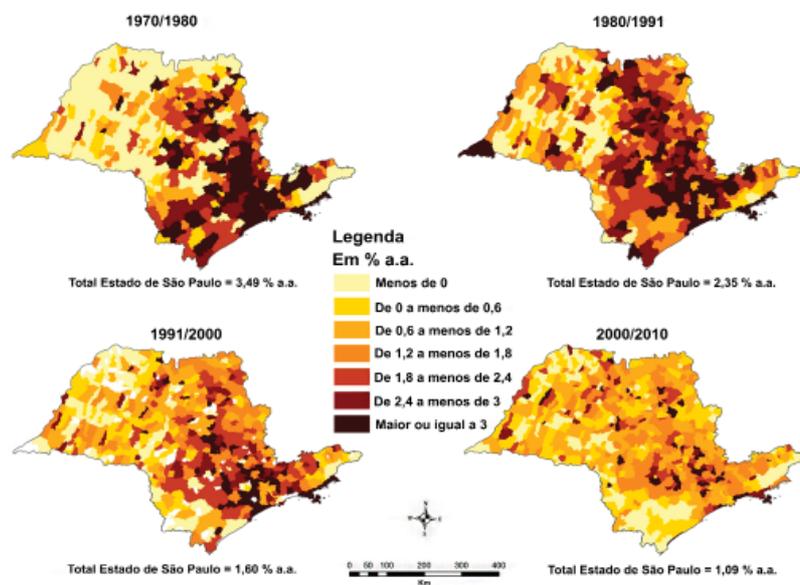
² Segundo Elias (2003b), uma única colheitadeira de cana-de-açúcar pode substituir mais de 200 trabalhadores.

de rotatividade migratória para a grande maioria da população, trazendo um dos mais inquietantes desafios aos estudos sobre migração: o fim do “paradigma explicativo da *emigração* como um dos efeitos sociais negativos do menor crescimento econômico e, sobretudo, da ausência de atividades industriais fortes” (BAENINGER, 2005, p. 90). Essa é a “condição pós-moderna da metrópole de São Paulo” (BAENINGER, 2005, p. 90), pela qual haverá, cada vez mais, excedente populacional sem perda do dinamismo econômico.

Na relação migração/dinâmica econômica, as cidades mais prósperas (em termos de inserção no mercado regional, nacional e internacional) tendem a registrar maiores volumes de emigrantes [...]. Assim, os fatores de expulsão, para os migrantes de baixa renda, estariam nas áreas mais dinâmicas e os de atração nas de menor dinamismo (BAENINGER, 2005, p. 90).

O Mapa 7 indica claramente o arrefecimento do crescimento demográfico dos históricos eixos de desenvolvimento em São Paulo junto à reversão da tendência de evasão populacional no Oeste Paulista. Nessa região, municípios isolados (não necessariamente as tradicionais capitais regionais) passam a registrar significativo crescimento populacional. A Tabela 7 evidencia o processo de retomada de crescimento da população total da região de Jales que, de uma taxa de -1,8% a.a., entre 1970/1980, estabiliza-se a 0,2% a.a., entre 2000/2020. Em contraposição, a média estimada para o conjunto do estado diminui de 3,5% a.a. para pouco mais de 1% a.a. (Tabela 7).

Mapa 7 – Taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.), Estado de São Paulo, segundo municípios, 1970 a 2010.



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Tabela 7 – Taxa de crescimento geométrico anual da população. Região Administrativa de São José do Rio Preto e Regiões de Governo, 1970/2010.

Regiões	Taxa de crescimento (em % a. a.)			
	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
RG Catanduva	1,77	1,42	1,29	0,95
RG S. J. do Rio Preto	1,85	2,52	2,33	1,35
RG Votuporanga	-0,20	0,87	0,91	0,88
RG Fernadópolis	-0,43	0,41	0,55	0,38
RG Jales	-1,80	0,27	0,50	0,20
RA S. J. do Rio Preto	0,71	1,59	1,59	1,02
Estado de São Paulo	3,49	2,13	1,78	1,09

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

De fato, a evolução da população no Estado de São Paulo, entre 1970/2010, é sobremaneira afetada pela drástica queda da fecundidade e pela diminuição do crescimento vegetativo. No entanto, é plausível considerar a hipótese da emergência de novas territorialidades na rede urbana paulista no contexto de um novo modelo de urbanização e desenvolvimento (CANALES; CANALES, 2013).

A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICO-POPULACIONAL DO OESTE PAULISTA: UMA AGROPOLIZAÇÃO?

Amplamente marginalizado pela integração agroindustrial de caráter nacional-desenvolvimentista, o Oeste Paulista assiste à expansão da agricultura de commodities apenas em anos recentes. Contudo, se as características de seu relevo, a qualidade do solo, a existência de amplas áreas agricultáveis e um processo de urbanização bastante concentrado em alguns pontos conferem vantagens competitivas à consolidação da região como grande produtora de commodities, suas raízes históricas, o tempo e o modo como essa região foi incorporada ao circuito capitalista de acumulação, representam importantes entraves. A importância ainda hoje da agricultura familiar, da pequena propriedade e da cultura do sitiante (MELO, 2013) impedem a expansão desenfreada dos canaviais.

Pesquisas de campo realizadas no município de Santa Fé do Sul com sitiantes e gestores públicos também apontaram nessa direção. Nesse município, as contradições e os conflitos envolvendo a expansão canavieira afluam de maneira bastante particular. Por um lado, a cidade dispõe de uma rede de serviços urbanos fundamentais à instalação de usinas de açúcar e etanol. Por outro, a presença dos sitiantes, conjuntamente às políticas de apoio aos produtores rurais, representa um entrave à dispersão da cana. Além de duas entrevistas semiestruturadas com agentes administrativos municipais, foram aplicados 30 questionários:

³ Oito das 10 famílias cujos chefes sempre moraram no rural de Santa Fé do Sul vivem em assentamentos de reforma agrária beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Nesse contexto, o acesso à terra ocorreu a partir do crédito público subsidiado. Os entrevistados são filhos de sítiantes que vieram com a fronteira agrícola do complexo cafeeiro, o que reforça o pressuposto de que são as mudanças na estrutura produtiva da região que levam à formação de uma força de trabalho excedente que, nesse caso, foi acomodada pelo projeto de reforma agrária. Para maiores informações sobre os novos agricultores familiares da região de Jales, consultar Sant'Ana et al. (2015).

⁴ Devido à cana-de-açúcar ser um produto de rápida deterioração, seu processamento deve ocorrer imediatamente após a colheita. Isso resulta numa ancoragem territorial bastante intensa do circuito espacial produtivo do setor sucroenergético, com forte tendência à especialização produtiva, fragmentação do espaço, grande vulnerabilidade do lugar quanto às oscilações de preço, sérios problemas de soberania alimentar e concentração fundiária (CASTILLO, 2015).

10 em famílias cujo chefe tenha sempre morado na zona rural e nunca mudado de cidade; 10 em que ele tenha mudado do rural para o urbano dentro do próprio município; e 10 entre famílias que vivenciaram uma migração rural-rural.

Esses questionários tinham a pretensão de captar trajetórias migratórias e laborais impossíveis de serem reconstruídas a partir das informações de período dos censos demográficos. Nos questionários aplicados entre famílias que sempre residiram no rural do município, todos eram sítiantes, ou seja, pequenos proprietários, ainda que alguns sejam assentados³. Em relação àqueles que haviam passado por uma migração rural/rural, a maior parte fixou residência em Santa Fé do Sul ao longo dos anos 1940 e 1950, sendo que os municípios de origem mais recorrentes são da própria macrorregião de São José do Rio Preto (como Catanduva, Tanabi, Urupês). No tocante às famílias que saíram do rural e foram para o urbano de Santa Fé do Sul, embora algumas já tivessem se desfeito da condição de proprietários rurais, três permaneciam com seus sítios. São pessoas que, apesar de terem como renda principal as ocupações urbanas, veem em seus estabelecimentos agropecuários uma segunda ocupação. Nesse caso, destaca-se a pecuária que, por ser pouco intensiva em força-de-trabalho, facilita a articulação entre o trabalho na cidade e o trabalho no sítio.

Já as entrevistas com agentes institucionais do município foram realizadas no intuito de captar tanto as articulações políticas que subsidiam a expansão da cana (as concessões fiscais à instalação das usinas), como as iniciativas locais de promoção do rural como turístico. Para o agrônomo da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento, a necessidade de negociação do arrendamento com vários pequenos proprietários faz de Santa Fé do Sul um município pouco vantajoso à instalação de uma usina⁴. Ainda assim, o fato de a cidade apresentar melhor infraestrutura de serviços facilitaria a construção e manutenção da usina. Embora não pudessem coibir, o secretário de agricultura e o prefeito do município não facilitaram as

negociações, pois julgavam o cultivo da cana uma atividade destoante aos propósitos de uma estância turística (título conquistado por Santa Fé do Sul no começo dos anos 2000). Por essa razão, usinas foram construídas em outros municípios, como Suzanápolis (já na região de Andradina) e Santa Albertina.

A visita a órgãos institucionais permitiu, ainda, conhecer importantes iniciativas locais de estímulo à diversificação da produção agropecuária. Dentre esses projetos, vale ressaltar o Programa de Incentivo à Piscicultura: uma organização conjunta entre cinco municípios da região, banhados por afluentes do Rio Paraná (Santa Fé do Sul, Santa Clara D'Oeste, Santa Rita D'Oeste, Rubinéia e Nova Canaã Paulista), que capacitou e ofereceu subsídio a 420 famílias de produtores rurais para criação de tilápias em tanques redes. Isso deu base para que empresários montassem na região dois frigoríficos de peixes, cuja produção volta-se também ao mercado internacional⁵.

A fruticultura é também amplamente apoiada pelo poder público, em especial o cultivo da uva, laranja, banana e manga. A Associação dos Produtores de Frutas da Sub-região do Noroeste Paulista (AFRUNOSP) é uma instituição com objetivo de oferecer assistência técnica e de comercialização dessa cadeia. Outras políticas importantes de amparo ao produtor rural são: o viveiro de mudas, o núcleo municipal do Banco da Terra, o Programa Meio Ambiente como Atrativo Turístico (disponibiliza apoio técnico à recuperação do solo e de matas ciliares, além de abranger políticas específicas de destinação de resíduos sólidos nas zonas rurais), o projeto Patrulha Agrícola Municipal, ligado ao Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, e a revitalização da Feira do Produtor Rural. Todas essas ações, mesmo com inúmeras restrições, têm conseguido impulsionar os mercados locais, dinamizados por um “amplo leque de estratégias de inserção da agricultura familiar no sistema agroalimentar” (SANT’ANA et al, 2013, p. 135)⁶.

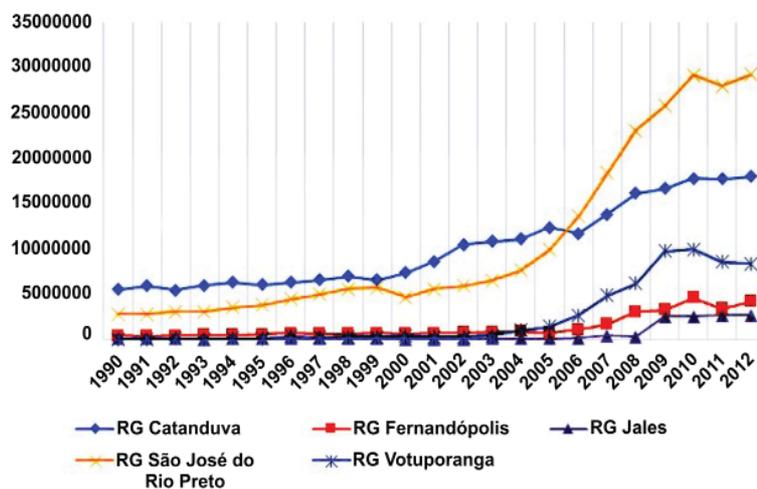
A confluência de todos esses processos explica a baixa participação da região de Jales na produção de cana-de-açúcar no

⁵ Os frigoríficos são: Zippy Alimentos, do grupo Royal Fish, em Santa Clara D'Oeste, e Brazilian Fish, do grupo Ambar Amaral, em Santa Fé do Sul.

⁶ Vale mencionar também as políticas do governo federal de compras governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

âmbito de sua macrorregião (Gráfico 1). De forma contrária, São José do Rio Preto e Catanduva despontam-se como os principais produtores. Nessas regiões, de ocupação mais antiga, o lento e gradual processo de concentração fundiária possibilitou que os canaviais se alstrassem mais facilmente. Evidencia-se, assim, a importância das raízes históricas na dinamização dessa nova forma de produzir na agricultura.

Gráfico 1 – Produção (em toneladas) de cana-de-açúcar, Regiões de Governo de Catanduva, São José do Rio Preto, Fernandópolis, Votuporanga e Jales, 1990 a 2012.



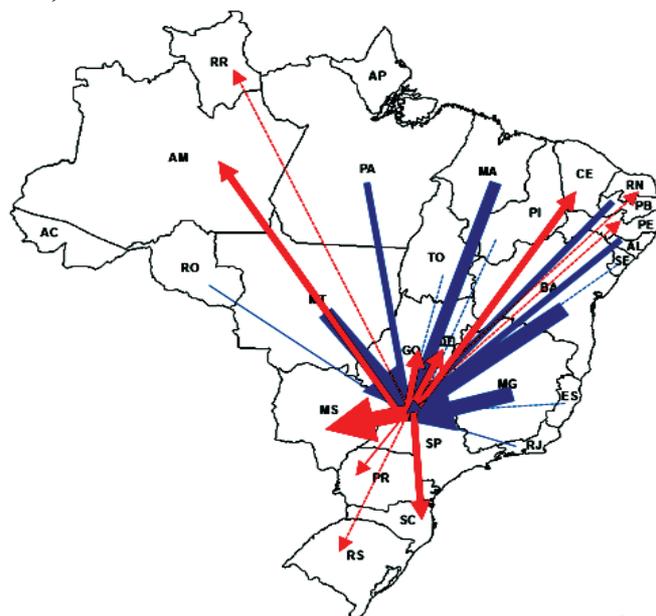
Fonte: Fundação SEADE. Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/imp>>. Acesso em: 30/11/2016.

A inserção do Oeste Paulista nos mercados globais, via produção de commodities, reconfigura as complementaridades regionais que tradicionalmente acomodaram os processos de redistribuição da população no Brasil, dando lugar a uma nova configuração aos processos migratórios (BAENINGER, 2012). Além das tendências históricas, verificam-se outros arranjos, em relação aos quais o aporte centrado na industrialização

e na relação migração/desenvolvimento não é suficiente. A heterogeneidade dos processos migratórios recentes reforça a importância do espaço e das escalas da migração (BAENINGER, 2012). Por essa razão, os diferentes tipos de movimentos migratórios foram analisados separadamente, na hipótese de que, para cada um deles, verificam-se a coexistência de tendências históricas e de processos contemporâneos, o encaixe e o desencaixe entre migração e desenvolvimento (BAENINGER, 2012).

A nível interestadual, por exemplo, acredita-se que as trocas de população com os estados do Centro-Oeste e Norte refletem os desdobramentos do processo de expansão da fronteira agrícola nessas regiões, enquanto o grande volume imigratório da Bahia e do Maranhão esteja associado ao trabalho na colheita da cana-de-açúcar e da laranja, dois dos principais produtos agrícolas do Noroeste Paulista (Figura 4).

Figura 4 – Trocas migratórias (I-E) da região de Jales com demais Estados, 2005/2010.



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2010. Nota: Foi considerado apenas o quesito data-fixa.

Figura 5 – Trocas migratórias (I-E) da região de Jales com demais regiões paulistas, 2005/2010.



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2010. Nota: Foi considerado apenas o quesito data-fixa.

Em âmbito intraestadual, as perdas de população para regiões próximas, como Fernandópolis, Votuporanga e São José do Rio Preto, refletem a importância histórica dessas cidades na estrutura econômica e populacional do Noroeste Paulista. De modo contrário, a imigração com origem nas cidades integradas pelos eixos de desenvolvimento estadual – os quais vão desde a metrópole de São Paulo, passam por Jundiaí, Campinas, Limeira, Rio Claro, Araraquara, estendendo-se até Catanduva – expressa a maneira como tais espaços são inseridos na dinâmica da reestruturação produtiva. Ao conformar um mercado de trabalho mais competitivo e complexo, esse eixo passa a expulsar população. Além disso, acredita-se que parte desse fluxo seja composto por técnicos e trabalhadores qualificados trazidos pelo processo de desconcentração industrial que vem atingindo o Oeste Paulista, envolvendo principalmente atividades

agro-industriais como as usinas de etanol e açúcar (KALEMKARIAN; APARICIO, 2012; Figura 5).

Por fim, a nível intrarregional, a evasão de população rural reitera a permanência dos fatores de expulsão (SINGER, 1980). Por outro lado, o fato de o município de Jales, “cabeça” da rede urbana regional, apresentar crescimento quase nulo expressa a reconfiguração de sua capacidade de atração e retenção de população. Também o expressivo incremento populacional de micromunicípios, como Pontalinda, coloca novas questões à interpretação dos movimentos migratórios, não explicadas pelo aporte clássico, para os quais as cidades industriais se despontam como importantes polos da imigração (Tabelas 8 e 9). Embora nenhuma entrevista tenha sido feita no município de Pontalinda, acredita-se que o grande crescimento de população lá registrado esteja relacionado à expansão da cana, tendo em vista o fato de esse município ser pioneiro nesse processo (Mapa 8).

Tabela 8 – População total, urbana e rural e grau de urbanização (em %). Região de Governo de Jales, segundo municípios, 1980 a 2010.

Municípios	Total				Urbana				Rural				Grau de urbanização (em %)			
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
Aparecida d'Oeste	5.148	5.100	4.935	4.450	2.848	3.409	3.665	3.645	2.300	1.691	1.270	805	55,3	66,8	74,3	81,9
Aspásia	-	-	1.861	1.809	-	-	1.175	1.257	-	-	686	552	-	-	63,1	69,5
Dirce Reis	-	-	1.623	1.689	-	-	1.075	1.279	-	-	548	410	-	-	66,2	75,7
Dolcinópolis	2.209	2.094	2.152	2.096	1.286	1.575	1.810	1.949	923	519	342	147	58,2	75,2	84,1	93,0
Jales	38.601	45.956	46.186	47.012	28.821	39.313	42.339	44.239	9.780	6.643	3.847	2.773	74,7	85,5	91,7	94,1
Marinópolis	2.072	2.088	2.195	2.113	909	1.365	1.647	1.671	1.163	723	548	442	43,9	65,4	75,0	79,1
Mesópolis	-	-	1.930	1.886	-	-	1.217	1.468	-	-	713	418	-	-	63,1	77,8
Nova Canaã Paulista	-	-	2.483	2.114	-	-	822	880	-	-	1.661	1.234	-	-	33,1	41,6
Palmeira d'Oeste	12.673	10.950	10.322	9.584	6.126	6.521	7.085	7.268	6.547	4.429	3.237	2.316	48,3	59,6	68,6	75,8
Paranapuã	5.789	5.777	3.632	3.815	3.115	3.966	3.029	3.394	2.674	1.811	603	421	53,8	68,7	83,4	89,0
Pontalinda	-	-	3.539	4.074	-	-	2.682	3.381	-	-	857	693	-	-	75,8	83,0
Rubineia	2.413	2.236	2.615	2.862	1.188	1.306	1.916	2.355	1.225	930	699	507	49,2	58,4	73,3	82,3
Santa Albertina	6.181	5.870	5.586	5.723	3.358	4.076	4.433	4.891	2.823	1.794	1.153	832	54,3	69,4	79,4	85,5
Santa Clara d'Oeste	2.653	2.497	2.123	2.084	1.180	1.438	1.464	1.571	1.473	1.059	659	513	44,5	57,6	69,0	75,4
Santa Fé do Sul	20.370	23.110	26.512	29.239	17.228	20.707	24.911	28.088	3.142	2.403	1.601	1.151	84,6	89,6	94,0	96,1
Santana da Ponte Pensa	2.794	2.365	1.894	1.641	860	1.067	1.106	1.097	1.934	1.298	788	544	30,8	45,1	58,4	66,8
Santa Rita d'Oeste	4.238	3.487	2.695	2.543	1.471	1.681	1.554	1.773	2.767	1.806	1.141	770	34,7	48,2	57,7	69,7
Santa Salete	-	-	1.379	1.447	-	-	541	819	-	-	838	628	-	-	39,2	56,6
São Francisco	4.613	4.445	2.863	2.793	1.965	2.399	2.055	2.167	2.648	2.046	808	626	42,6	54,0	71,8	77,6
Três Fronteiras	8.713	7.859	5.159	5.427	3.615	4.146	4.067	4.598	5.098	3.713	1.092	829	41,5	52,8	78,8	84,7
Ubatã	13.493	12.090	8.825	8.836	6.498	7.600	7.065	7.436	6.995	4.490	1.760	1.400	48,2	62,9	80,1	84,2
Vitória Brasil	-	-	1.675	1.737	-	-	1.189	1.435	-	-	486	302	-	-	71,0	82,6
RG de Jales	131.960	135.924	142.184	144.974	80.468	100.569	116.847	126.661	51.492	35.355	25.337	18.313	61,0	74,0	82,2	87,4

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

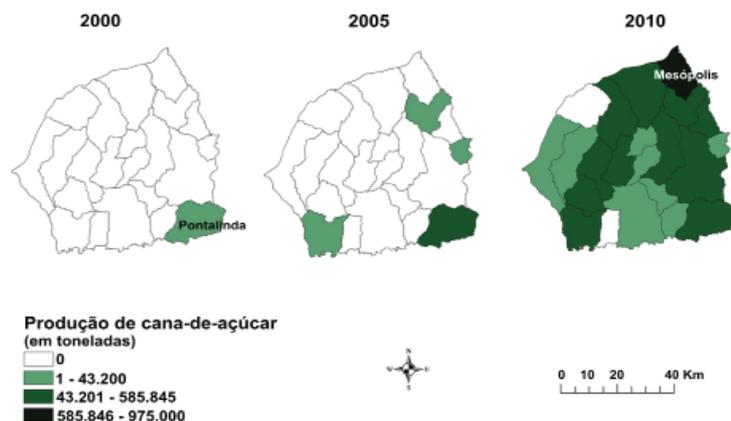
Vale ressaltar que o processo de criação de municípios, ao longo dos anos 1990, influenciou na evolução das taxas de crescimento populacional do período 1990/2000. Ao longo dessa década, Jales, Paranapuã, São Francisco, Urânia e Três Fronteiras tiveram parte de seu território desmembrado, o que explica as altíssimas taxas de decréscimo da população total nesse intervalo.

Tabela 9 – Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a. a.). Região de Governo de Jales, segundo municípios, 1980 a 2010.

Municípios	Total		Urbana		Rural	
	1980/1991	1991/2000 2000/2010	1980/1991	1991/2000 2000/2010	1980/1991	1991/2000 2000/2010
Aparecida d'Oeste	-0,09	-0,36	1,65	0,81	-2,76	-3,13
Aspásia	-	-0,28	-	0,68	-	-2,15
Dirce Reis	-0,48	0,30	-	1,75	-	-2,86
Doiçópolis	1,60	0,06	1,86	1,56	-5,10	-4,53
Jales	0,07	0,56	2,86	0,83	-3,46	-5,89
Marinópolis	-	-0,38	3,77	2,11	-4,23	-3,03
Mesópolis	-	-0,23	-	0,14	-	-2,13
Nova Canaã Paulista	-	-1,60	-	1,89	-	-5,20
Palmeira d'Oeste	-1,32	-0,65	0,57	0,93	-3,49	-3,42
Paranapuã	-0,02	-5,03	2,22	-2,95	-3,48	-11,50
Portalinda	-	1,42	-	2,34	-	-2,10
Rubinéia	-0,69	1,75	0,86	4,35	-2,47	-3,12
Santa Albertina	-0,47	-0,55	1,78	0,94	-4,04	-4,79
Santa Clara d'Oeste	-0,55	-1,79	1,81	0,20	-2,96	-5,13
Santa Fé do Sul	1,15	1,54	1,69	2,07	-2,41	-4,41
Santana da Ponte Preta	-1,50	-2,44	1,98	0,40	-3,56	-5,39
Santa Rita d'Oeste	-1,76	-2,82	1,22	-0,87	-3,80	-4,97
Santa Salete	-	0,48	-	4,23	-	-2,84
São Francisco	-0,34	-4,77	1,83	-1,71	-2,32	-9,81
Três Fronteiras	-0,93	-4,57	1,25	-0,21	-2,84	-12,71
Urânia	-0,99	-3,44	1,43	-0,81	-3,95	-9,88
Vitória Brasil	-	0,36	-	1,90	-	-4,65
RG de Jales	0,27	0,50	2,05	1,68	-3,36	-3,19

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Mapa 8 – Produção de cana-de-açúcar (em toneladas), Região de Governo de Jales, segundo municípios, 2000, 2005, 2010.



Fonte: Fundação Seade, Informação dos Municípios Paulistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A NOVA URBANIZAÇÃO DO OESTE PAULISTA

As transformações nas esferas produtivas e de redistribuição da população na região de Jales colocam novas questões no debate sobre a dinâmica da rede urbana no Oeste Paulista. Proposições teóricas pensadas para refletir o processo de modernização agrícola e urbanização nos tradicionais eixos de desenvolvimento estadual – como os conceitos de cidade do agronegócio (ELIAS, 2003a) e complexos agroindustriais (DELGADO, 1985) – não se encaixam nas especificidades históricas dessa região.

Nesse sentido, o aporte sobre cidades rurais e agropolização (CANALES; CANALES, 2013) apresenta-se como um caminho de pesquisa promissor. Ao chamar a atenção para a formação de espacialidades rurais que rompem com os tradicionais fluxos campo-cidade e a chamada transição urbana, o paradigma da agropolização reforça a dinâmica de urbanização nos marcos da reestruturação produtiva, da globalização da produção

agropecuária e da nova divisão internacional do trabalho. Remete a um outro modelo de desenvolvimento, que combina um padrão de residência urbano com um padrão produtivo agrário, dando lugar a uma nova dinâmica espacial de mobilidade da população. Pode ser pensado, dessa forma, como a dinâmica urbana estruturada no bojo da globalização da agricultura (ELIAS, 2003a e 2003b) em contexto de desindustrialização e desmonte dos vínculos inter-setoriais característicos do CAI.

A produção hegemônica de commodities, embora engrosse o caldo da migração rural-urbana resultado das mudanças estruturais associadas à maior tecnificação do setor sucroalcooleiro, convive com uma população rural sitiante que se mantém no campo em função da consolidação de mercados de escoamento de sua produção e dos vínculos com a terra (MELO, 2013). Face à inter-relação de diferentes tendências, a dinâmica da população de Jales se reorganiza de inúmeras formas, sendo dimensão fundamental e estruturante da formação de múltiplas espacialidades rurais na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, R. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. In: *Anais do I Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba, 12 a 14 de novembro de 1997, p. 67-81.
- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.19, n.3, p. 84-96, jul./set. 2005.
- BAENINGER, R. *Fases e faces da migração em São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2012.

BAENINGER, R.; OJIMA, R. Novas territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. *Papeles de Población*, Toluca, v. 14, n. 58, p. 141-154, 2008.

BINI, D. L. de C. *Da formação socioespacial à diferenciação dos circuitos espaciais agropecuários na Região de Araçatuba (SP)*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

CAIADO, A. S. C.; SANTOS, S. M. M. Urbano ou rural? Um olhar sobre processos sócio-espaciais em curso no Estado e São Paulo. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 20 a 24 de setembro de 2004, p. 1-9.

CANALES, A.; CANALES, M. De la metropolización a las agrópolis: el nuevo poblamiento urbano en el Chile actual. *Polis*, Santiago, v. 12, n. 34, p. 31-56, abr. 2013.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. *Texto para Discussão*. Campinas: IE/ UNICAMP, n. 193, p. 1-36, julho 2011.

CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o Bioma Cerrado. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 95-119, 2015.

CHAIA, V. L. M. *Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)*. São Paulo. 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

CORRÊA, R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DELGADO, G. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 79-97, jan. /abr. 1985.

DEMÉTRIO, N. B. *População e dinâmica econômica na Região de Governo de Jales: o outro rural do Oeste Paulista*. 2013. Dissertação (Mestrado Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

ELIAS, D. *Globalização e Agricultura*. São Paulo: EdUSP, 2003a.

ELIAS, D. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. A. de (org.) *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territorial, 2003b.

FUNDAÇÃO IBGE. Pesquisa Região de Influência das Cidades, 2007.

FUNDAÇÃO IBGE. Censo Demográfico de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

FUNDAÇÃO SEADE. *Informações dos Municípios Paulistas*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp>. Acesso em: 30/06/2016.

GONÇALVES, M. F. *As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KALEMKARIAN, M.; APARICIO, C. A. P. Onde a indústria se fortalece no Estado de São Paulo. *Primeira Análise Seade*, São Paulo, n.1, abril 2013. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 30/06/2016.

MELO, B. M. de. *História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sítiantes do extremo noroeste paulista*. 2013. Tese (Doutorado Sociologia) – UFSCAR, São Carlos, 2013.

MONGEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1998, 2ª ed.

MULLER, G. *A dinâmica da agricultura paulista*. São Paulo: Fundação SEADE, 1985.

NEGRI, B.; GONÇALVES, M. F.; CANO, W. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: SEADE, 1988, p. 5-93.

RIELLA, A.; MASCHERONI, P. *Introducción*. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (Org.). *Asalariados Rurales em América Latina*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e Departamento de Sociología-FCS-UDELAR, 2015, p. 7-24.

RODRIGUES, F. Por onde vão as “Brisas Suaves” do Sertão Paulista – População e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível – Votuporanga, um estudo de caso. *Textos NEPO 51*, Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

SANT’ANA, A. L. et al. Qualidade partilhada e relações de sociabilidade entre produtores familiares e consumidores no processo de comercialização direta, no noroeste paulista. In: CONTERATO; M. A. et al. *Mercados e Agricultura Familiar: Interfaces, Conexões e Conflitos*. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013, p. 133-154.

SANT’ANA, A. L.; SOUZA, G. dos S.; SANT’ANA, D. Z. Análise das formas de obtenção da propriedade pelos novos agricultores familiares, na microrregião geográfica de Jales – SP. In: *Anais do 53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. João Pessoa, 26 a 29 de julho de 2015.

SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, M. A. M.; BUENO, J. D.; MELO, B.M. La simbiosis perversa: las máquinas y la degradación del trabalho en el estado de San Pablo, Brasil. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (Org.). *Asalariados Rurales em América Latina*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e Departamento de Sociología-FCS-UDELAR, 2015, p. 187-211.

- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1980.
- TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. Agricultura paulista e sua dinâmica regional (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: SEADE, 1988, p. 5-93.
- VASCONCELOS, L. A. T. *Desenvolvimento econômico e urbanização nas regiões administrativas de São José do Rio Preto e de Araçatuba*. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 1992.
- WANDERLEY, M. N. B. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

NATÁLIA BELMONTE DEMÉTRIO – Doutora em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Unicamp), com bolsa do CNPq. Integrante do Projeto. <natalia@nepo.unicamp.br>.